

O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios e perspectivas

Domingos Marcelus Carias Rodrigues¹
Pauliane Aparecida de Moraes²

RESUMO: Este artigo explora o papel fundamental do coordenador pedagógico na promoção de práticas inclusivas no contexto escolar, abordando os desafios e as perspectivas para a educação inclusiva no Brasil. Fundamentado em legislações como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o estudo destaca a importância de eliminar barreiras e garantir ambientes de aprendizagem acessíveis a todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Com uma metodologia baseada em revisão bibliográfica, o trabalho analisa as funções do coordenador pedagógico, que evoluíram ao longo das décadas, passando de uma atuação supervisora para uma abordagem mais colaborativa e transformadora. O coordenador se torna essencial para mediar práticas inclusivas, apoiar os professores, e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade. O estudo também aborda estratégias para superar os desafios da inclusão, como a formação continuada de docentes e a adaptação curricular, destacando a necessidade de colaboração entre toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Coordenação pedagógica. Professor.

ABSTRACT: This article explores the crucial role of the pedagogical coordinator in promoting inclusive practices within the school context, addressing the challenges and perspectives for inclusive education in Brazil. Grounded in legislation such as the 1988 Constitution and the Statute of the Child and Adolescent, the study emphasizes the importance of removing barriers and ensuring accessible learning environments for all students, especially those with special needs. Using a literature review-based methodology, the paper analyzes the evolving functions of the pedagogical coordinator, shifting from a supervisory role to a more collaborative and transformative approach. The coordinator becomes essential in mediating inclusive practices, supporting teachers, and fostering a school culture that values diversity. The study also discusses strategies to overcome inclusion challenges, such as ongoing teacher training and curriculum adaptation, underscoring the need for collaboration across the entire school community.

Keywords: Inclusive education. Pedagogical coordination. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

¹ Pós-graduado em Gestão Escolar Integrada com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar pela Faculdade Famart. E-mail: domarcelus@gmail.com

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart, Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestra em Educação.

A educação inclusiva está embasada em legislações que garantem os direitos dos estudantes com deficiência, como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1988; BRASIL, 2005). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforça a necessidade de eliminar barreiras e criar ambientes de aprendizagem adequados (BRASIL, 2008).

Considerando que, acima de tudo, a questão da inclusão deve ser vista como um direito constitucional, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel do coordenador pedagógico na promoção de práticas inclusivas, evidenciando os desafios enfrentados e as estratégias implementadas para garantir a participação efetiva de alunos com deficiência. A problematização que orienta esta pesquisa se concentra na questão de como a coordenação pedagógica pode contribuir para a educação inclusiva e, ao mesmo tempo, superar as barreiras comuns que dificultam o atendimento a alunos com necessidades especiais. Diante disso, a metodologia adotada para este estudo é de natureza bibliográfica, englobando uma revisão de literatura que se baseia em artigos, dissertações e documentos oficiais pertinentes à gestão educacional e à inclusão. Essa abordagem permite uma análise aprofundada das práticas e políticas que sustentam a atuação do coordenador pedagógico no contexto inclusivo.

A justificativa para a realização deste estudo se fundamenta na crescente demanda por inclusão nas escolas, destacando a importância de capacitar a coordenação pedagógica para lidar com essa realidade complexa (AZEVEDO; CUNHA, 2008). Em um cenário educacional em que a diversidade é cada vez mais reconhecida como um valor, a atuação eficaz do coordenador pedagógico se torna essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. Assim, ao abordar essa temática, este trabalho busca não apenas contribuir para a formação de profissionais mais preparados, mas também para a reflexão crítica sobre as práticas inclusivas nas instituições de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

A educação inclusiva no Brasil está firmemente embasada em um arcabouço legal que visa garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem e ao desenvolvimento,

independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Nesse contexto, o coordenador pedagógico tem um papel central na implementação das práticas inclusivas, atuando como facilitador para a adaptação de metodologias e currículos, mediando o trabalho entre professores, alunos e a comunidade escolar. Contudo, existem obstáculos para a implementação das práticas necessárias para a inclusão. No desenvolvimento deste trabalho, serão apresentadas algumas estratégias.

2.1 Educação Inclusiva e Marcos Legais no Brasil

A educação inclusiva é essencial para garantir a equidade no sistema educacional. Segundo o documento do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005), Art.15: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como seres humanos em processo de desenvolvimento (...)” e continua no art. 53: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa (...) assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)”. Afirma a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), no Art. 205: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família (...)” e no Art. 208, inciso 111: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

As legislações buscam promover práticas que assegurem a aprendizagem de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais. Nesse contexto, a coordenação pedagógica tem um papel central em implementar e supervisionar essas práticas inclusivas (DIVERSA, 2024).

A realidade da exclusão é muito bem tratada por Azevedo; Cunha (2008), ao afirmar que:

“[...] A prática da exclusão é a constatação de que a escola como está, quer a padronização das pessoas, em critérios dominantes. É necessário e urgente que o projeto político pedagógico seja construído e reavaliado constantemente visando às singularidades dos indivíduos, pois não basta assegurar o acesso à escola para todos, é fundamental ainda garantir a permanência e o sucesso destes educandos, sejam eles portadores de necessidades educativas especiais ou não. Cabe a nós, enquanto educadores, respeitarmos as diferenças, aceitarmos os desafios, sermos comprometidos e competentes para atendermos a todos em suas diversidades, sem qualquer tipo de distinção; ao invés de reforçarmos as diferenças, devemos enfatizar as potencialidades de cada indivíduo.”

Um outro documento essencial para uma análise detalhada sobre essa temática é a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/96) (BRASIL, 1996), que busca

orientar a mudança de direções na legislação educacional, juntamente com diversos documentos complementares e adicionais. Também se destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino. A educação deve proporcionar aos alunos a oportunidade de explorar a si mesmos e aos outros, em uma perspectiva de intercâmbio e mediação de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e afetividades, visando promover uma convivência saudável e humanizadora. Aprender a viver em conjunto torna-se essencial, valorizando e respeitando as diferenças por meio do pluralismo de valores, crenças, ideias, costumes e modos de ser, agir e viver (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

2.2 O Papel do Coordenador Pedagógico na Implementação de Práticas Inclusivas

Num estudo realizado recentemente, sobre a trajetória do coordenador pedagógico e suas funções, é possível notar que, no passado, as responsabilidades desse papel eram desempenhadas por diretores, professores e assistentes de direção. Nos anos 1970, surgem os coordenadores pedagógicos, que eram conhecidos, na época, como supervisores ou orientadores pedagógicos, com a principal função de lidar com a adaptação escolar dos alunos que apresentavam dificuldades de disciplina ou no processo de aprendizagem. Já na década de 1990, o termo "coordenador pedagógico" passa a ser utilizado, mas as atribuições continuaram a incluir tarefas de supervisão e orientação, o que faz com que, ainda hoje, exista uma associação de suas funções com as dos supervisores pedagógicos, gerando, por vezes, conflitos na relação com os professores.

Porém, o papel do coordenador pedagógico vai muito além dessa concepção tradicional. O dia a dia desse profissional é marcado por uma atuação multifacetada, que o coloca como agente de transformação na escola. Ele é responsável pela construção e adaptação contínua da ação pedagógica, buscando promover uma aprendizagem significativa para os alunos por meio da articulação e desenvolvimento coletivo do Projeto Político Pedagógico. Para alcançar esses objetivos, o coordenador deve ser um educador comprometido, atento ao caráter pedagógico das relações de ensino dentro da escola. Sua missão inclui apoiar os professores na ressignificação de suas práticas, fortalecendo a autonomia docente e incentivando o trabalho colaborativo. Para isso, é essencial que ele

tenha clareza sobre suas principais responsabilidades e esteja preparado para transformar a prática pedagógica em parceria com os educadores (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

Tratando do papel do coordenador pedagógico no contexto escolar e suas atribuições à prática docente, Silva (2019) expõe que:

“[...] O coordenador pedagógico é, antes de tudo, um professor que, de modo diferente dos demais professores, deve responder pelas obrigações que lhe foram confiadas, a saber: “a operacionalização do acompanhamento de seus companheiros de profissão, dos índices da escola e do desenvolvimento dos processos escolares como um todo.”

O coordenador pedagógico é responsável por mediar práticas inclusivas e colaborar com a formação de professores. A coordenação pedagógica deve promover uma cultura inclusiva e oferecer suporte técnico e pedagógico para o corpo docente (DIVERSA, 2024).

O papel do coordenador pedagógico é crucial na integração e articulação do trabalho pedagógico, interagindo diretamente com professores, alunos e pais. Sua principal responsabilidade é auxiliar o corpo docente no desenvolvimento de práticas de ensino que favoreçam novas situações de aprendizagem, apoiando também os alunos, especialmente aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem, através de atendimentos diferenciados e da articulação de estratégias que minimizem essas dificuldades. Além disso, cabe ao coordenador criar um ambiente escolar inclusivo, promovendo a participação e envolvimento dos alunos em atividades pedagógicas, científicas, sociais e culturais, garantindo sua integração ao contexto escolar.

A relação com as famílias também é uma atribuição importante do coordenador, que deve promover a parceria entre escola e família por meio de programas e atividades de integração, além de acompanhar o desempenho escolar e participar dos conselhos escolares. Ele é responsável, ainda, por propor estudos e revisões do Projeto Político Pedagógico, garantir a unidade da ação pedagógica e supervisionar aspectos organizacionais, como reuniões pedagógicas, organização de turmas e materiais didáticos. Para atuar efetivamente, o coordenador precisa se manter atualizado sobre as leis e diretrizes que envolvem a Educação Inclusiva e Especial, assegurando uma prática educativa inclusiva e adaptada às necessidades da comunidade escolar (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

Em relação ao processo de inclusão escolar, o coordenador pedagógico é essencial para o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), oferecendo suporte ao corpo docente e mediando práticas inclusivas. Esse papel vai além de

simplesmente matricular o aluno na escola, exigindo a colaboração de toda a comunidade escolar para garantir resultados positivos. Todos os profissionais da escola compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento do aluno, cabendo ao coordenador promover reflexões sobre práticas pedagógicas e buscar estratégias que favoreçam a inclusão.

A formação continuada dos educadores é um aspecto crucial, pois estimula a reflexão sobre a prática docente e o desenvolvimento de novas abordagens teóricas. A prática é o fundamento e critério de validade da teoria, destacando a necessidade de ajustes constantes para atender às demandas dos alunos com NEE. O coordenador deve trabalhar em parceria com professores e famílias, apoiando-os nas adaptações necessárias e oferecendo recursos que promovam o crescimento e a inclusão efetiva. Assim, o coordenador atua como o alicerce do processo, garantindo que os envolvidos sintam-se sempre amparados e apoiados (CHAGAS; MATTOS; SANTOS, 2021).

2.3 Desafios para a Implementação de Práticas Inclusivas

Diversas barreiras surgem na implementação de práticas inclusivas, tais como a resistência dos professores, a falta de formação adequada e a escassez de recursos. A formação inicial dos professores muitas vezes não prepara adequadamente para o trabalho inclusivo, gerando lacunas que o coordenador pedagógico precisa preencher.

De acordo com Azevedo e Cunha (2008):

“[...] Os professores sentem-se totalmente despreparados para esta realidade inclusiva, e têm apresentado dificuldade em vislumbrar o trabalho pedagógico, como tarefa sua independente de quaisquer outras necessidades que o aluno possa apresentar, sejam elas físicas, clínicas, psicológicas ou social que deverão ser acompanhadas por outros profissionais que não irão, de forma alguma, substituí-lo em seu fazer pedagógico nem tão pouco ocultá-lo. Partindo disto, o educador deve oportunizar-se uma prática reflexiva, uma mudança de postura, diante das legislações que regem a inclusão, para que esta não seja vista como uma imposição, mas como uma garantia aos direitos de todos a uma educação de qualidade não excludente.”

Em pesquisa realizada com professores, Sant'Ana (2005) afirma que “os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisariam do apoio de especialistas” (SANT'ANA, 2005, p. 233).

Um grande desafio para a coordenação pedagógica é a gestão dos recursos, onde o coordenador deve apoiar o gestor, principalmente em situações de escolas públicas, para um melhor planejamento dos gastos. Em pesquisa realizada, Freitas (2014, p. 29-30), ele afirma que:

“[...] Esse planejamento e gestão de recursos, no que diz respeito à inclusão escolar, se faz necessário, uma vez que relatos de pesquisas demonstram que os recursos vão sendo providenciados à medida que surgem os alunos e suas necessidades. Ademais, a burocracia do provimento de recursos nos órgãos públicos, quando não planejado, tende a deixar professores e crianças em longa espera para que se efetive a educação de qualidade. O planejamento de recursos proporciona equipar as escolas previamente, e isso favorece a inclusão escolar, pois não gera a dependência de ter o aluno com NEE para só depois providenciar os recursos necessários. Uma escola preparada para acolher e ensinar a todos os alunos favorece a educação na perspectiva inclusiva, garantindo a possibilidade de atender a todos os alunos, onde o recurso adquirido não é da EE e de seus alunos, e sim de toda a escola e de todos os alunos.”

A avaliação inclusiva é um dos grandes desafios no processo de inclusão. Numa análise sobre o processo de avaliação inclusiva, Jesus (2004) realizando uma pesquisa de campo, conclui que os dados evidenciam a natureza processual do trabalho e as dificuldades de transitar de uma avaliação focada em especialistas para uma que considere as condições de ensino e aprendizagem. A formação não ocorre antes da mudança, ela se desenvolve ao longo do processo, sendo gerada por meio do esforço de inovação e na busca pelas melhores abordagens para promover a transformação escolar (JESUS, 2004, p. 44).

2.4 Estratégias para Superação dos Desafios na Educação Inclusiva

Para superar os desafios, o investimento em formação continuada e a adaptação curricular são fundamentais (DIVERSA, 2024; JESUS, 2004). O uso de tecnologias assistivas e o trabalho colaborativo entre coordenadores, professores e famílias podem facilitar o processo de inclusão (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

Atualmente, os gestores desempenham um papel fundamentado na realidade concreta, desenvolvido ao longo de suas práticas, que refletem as necessidades do contexto educacional. Como uma prática social, a educação deve ultrapassar as fronteiras da escola, buscando a objetividade e subjetividade, além de abranger todos os aspectos do processo educativo.

A equipe de gestão tem o papel de trabalhar em conjunto com os educadores para construir esforços coletivos que promovam uma educação transformadora, baseada em

princípios éticos, humanistas e reflexivos. É essencial que a equipe escolar estabeleça laços e relações dentro dos espaços educativos para garantir que o processo de ensino seja contínuo e colaborativo.

No contexto do Projeto Político-Pedagógico, fica evidente que a educação deve priorizar os estudantes, proporcionando uma "Educação para Todos", onde todos tenham iguais oportunidades de acesso, permanência e sucesso na escola. Cabe aos gestores conduzir as discussões relacionadas à educação inclusiva, mediando os esforços para garantir que essa inclusão seja efetiva para todos os alunos (AZEVEDO; CUNHA, 2008).

Após a realização de pesquisa com coordenadores, Chagas, Mattos e Santos (2021) chegaram a conclusão que:

“[...] É muito importante a realização da formação continuada no processo de inclusão, principalmente quando vemos que através da formação, há busca pela mudança das ações através da reflexão da nossa prática, subsidiada pela teoria. E devemos, como coordenador pedagógico, nos conscientizar desses fatores e compreender a importância de investir na formação dos nossos professores e colaborar de maneira efetiva com o seu trabalho.”

Em estudo realizado sobre a coordenação pedagógica e sua relação com a inclusão educacional, Rosário e Papi (2023) destacam que:

“[...] Cursos de Pedagogia abordam fragilmente questões inerentes aos saberes/fazeres necessários à inclusão. Portanto, a formação continuada no ambiente de trabalho é essencial, mas está condicionada à falta de tempo, que por vezes é ocupado com questões de caráter administrativo que acabam não permitindo que a formação se desenvolva.”

O professor de Educação Física, por exemplo, enfrenta desafios muito particulares no exercício de sua disciplina, frente aos alunos com necessidades especiais. Este docente precisa de todo o apoio da coordenação, pois ele precisa criar situações em que o aluno com deficiência se sinta importante, capaz de realizar o exercício, ficando realizado por conquistar o objetivo da aula. A ação do professor é determinante para a inclusão dos alunos com deficiência (WOLSKI; VARGAS; LOPES, 2021)

É de suma importância o coordenador pedagógico apoiar seus professores no processo de inclusão, especialmente diante das mudanças que esse processo acarreta. Essas transformações frequentemente geram inquietações e desafios que precisam ser superados, tornando o coordenador um pilar fundamental na comunidade escolar. O apoio do coordenador é crucial para que os docentes compreendam a necessidade dessas mudanças e

trabalhem em colaboração para que os resultados sejam positivos. É fundamental que o coordenador atue como parceiro, auxiliando os professores nas diversas demandas, como a elaboração de avaliações, planejamento de aulas e adaptações de materiais para alunos com necessidades educacionais especiais. Sem esse suporte, os desafios podem parecer insuperáveis, levando os professores a se sentirem desmotivados e impotentes, o que pode resultar em fracassos no processo de inclusão. (AZEVEDO; CUNHA, 2008)

3 CONCLUSÃO

O presente trabalho reforçou a importância do papel do coordenador pedagógico na promoção da educação inclusiva, evidenciando os desafios e as perspectivas enfrentadas no cotidiano escolar. A análise das práticas e políticas educacionais revela que, embora o arcabouço legal brasileiro estabeleça diretrizes para garantir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a efetivação desses direitos depende do envolvimento ativo da coordenação pedagógica. O coordenador, ao articular e mediar ações entre professores, alunos e famílias, torna-se um agente crucial para transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, assegurando que as práticas pedagógicas respeitem as singularidades e potencialidades de cada aluno.

Entretanto, o sucesso dessas práticas inclusivas enfrenta obstáculos significativos, como a resistência dos educadores, a insuficiência de recursos materiais e a necessidade de uma formação continuada que capacite os professores para lidar com a diversidade. Nesse contexto, a formação permanente e o trabalho colaborativo se apresentam como estratégias indispensáveis para superar essas barreiras e promover uma cultura inclusiva na escola. Além disso, é necessário que o coordenador pedagógico colabore com a gestão escolar para garantir que os recursos sejam bem planejados e alocados, proporcionando um ambiente acessível e adaptado a todos.

Portanto, a pesquisa conclui que o fortalecimento das práticas inclusivas requer uma atuação proativa e multifacetada do coordenador pedagógico, que deve atuar não apenas como supervisor das atividades educacionais, mas também como um líder comprometido com a transformação do ambiente escolar. Ao adotar essa postura, o coordenador pode contribuir efetivamente para a construção de uma educação mais justa e equitativa,

promovendo o desenvolvimento integral de todos os alunos e garantindo que a escola cumpra seu papel social de ser inclusiva e acolhedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. **Gestão escolar e educação inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola**. Revista Educação: teoria e prática, Rio Claro, v. 18, n. 31, p. 53-72, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/viewFile/2204/1929>>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990**. 6ed. – Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2008.

CHAGAS, N. M. L.; MATTOS, M. J.; SANTOS, G. A. C. **Coordenador pedagógico à frente dos desafios da educação inclusiva**. Cairu em Revista, Ano 10, n. 16, p. 45-62, jun./jul. 2021. ISSN 2237-7719.

DIVERSA. **O papel da coordenação pedagógica na educação inclusiva**. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/o-papel-da-coordenacao-pedagogica-na-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

FREITAS, F. P. M. **Gestão e inclusão escolar: a formação do gestor escolar no programa “Educação inclusiva: Direito à diversidade” (2003-2013)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicentro, Guarapuava, 2014.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Atuando em contexto: O processo de avaliação numa perspectiva inclusiva**. In: Psicologia & Sociedade, 16. p. 37-49, 2004.

ROSÁRIO, G. C. S.; PAPI, S. O. G. **A coordenação pedagógica e sua relação com a inclusão educacional: uma revisão integrativa**. Revista Valore, v. 8, p. 1-15, jun. 2023. DOI: 10.22408/reva8020231191e-8066.

SANT'ANA, M. I. **Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores.** In: Psicologia em Estudo. Maringá, v. 10, n. 2. p. 227-234, 2005.

SILVA, E. F. **O papel do coordenador pedagógico no contexto escolar e suas contribuições à prática docente.** Revista Educação Especial, [S. l.], 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2318133836808>. Acesso em: 13 out. 2024.

WOLSKI, B.; VARGAS, P. P. I.; LOPES, P. B. **O processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física sob a perspectiva de professores do Município de Araucária/PR.** Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X64538>. Acesso em: 13 out. 2024.